

HABEAS CORPUS Nº 557.433 - SP (2020/0008073-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : MARCELO VICENTINI DE CAMPOS
ADVOGADO : MARCELO VICENTINI DE CAMPOS - SP260526
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO SERGIO BOSSO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão assim ementado (fl. 222):

EMENTA: Rejeição da denúncia. Impossibilidade, quando presentes os requisitos do art. 41, do C.Pr.Penal.

Momento de análise probatória aprofundada que é feito em tempo sentencial, e nunca ao nascedouro da ação.

Indícios até aqui que demonstram a materialidade e autoria, a autorizar a persecução criminal, nos exatos termos da denúncia. Recurso provido.

O paciente foi denunciado como incurso no artigo 180, §1º, do Código Penal (receptação no exercício da atividade comercial), tendo o Juízo de piso rejeitado a denúncia.

Em sede de recurso em sentido estrito ministerial, o Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso, para acolher a denúncia contra o paciente.

Alega a defesa, em síntese, que não há indícios de autoria e materialidade a embasar a ação penal, requerendo o trancamento da ação penal.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da impetração.

É o relatório.

DECIDO.

Alega a defesa que não há indícios de autoria e materialidade a embasar a ação penal, requerendo o trancamento da ação penal.

Consta da denúncia (fls. 15-16):

Consta do incluso inquérito policial que em 16 de maio de 2018, por volta das 09h00, na Avenida Doutor Moraes Sales, 393, Loja 1, Centro, nesta cidade e comarca, PAULO SERGIO BOSSO, qualificado às fls. 19, após adquirir, recebeu, adquiriu e expôs à venda, no exercício da atividade comercial ou industrial, em proveito próprio, 69 (sessenta e nove) HDs, consoante laudo de exibição e apreensão de fls. 12, coisas que sabia ser produto de crime.

Segundo consta, em razão de ter sido constatada a falta de alguns materiais, a empresa Dell Computadores, situada na cidade de Hortolândia, realizou um inventário do seu estoque, quando então

confirmou a perda de mais ou menos 270 peças de "HD", consoante boletim de ocorrência nº 840/18.

Realizadas diligências, foi localizado um anúncio de venda de equipamentos similares aos faltantes no estoque da empresa vítima, via "website", denominado como MERCADOLIVRE, com a indicação do possível endereço do local onde estavam sendo comercializados os produtos, motivo pelo qual foi solicitado e expedido um mandado de busca e apreensão (fls. 27/28).

No local dos fatos, policiais civis compareceram a loja de informática "NOTEWEB", e em cumprimento ao mandado judicial, lograram êxito em encontrar 100 (cem) peças de "HD", que haviam sido desviadas do estoque da empresa Dell Computadores. Durante a realização da diligência policial, o acusado PAULO chegou ao local e se apresentou como o proprietário do estabelecimento. Ao ser indagado, informou que havia permutado os "HDs" por um videogame PLAYSTATION 4, porém não forneceu quaisquer informações maiores sobre a troca.

Em seu interrogatório às fls. 06, PAULO reservou-se no direito de permanecer em silêncio.

É certo que o acusado sabia da origem ilícita dos bens, haja vista que por ser comerciante na área, sabia da necessidade de nota fiscal da aquisição dos produtos receptados.

Ademais, não soube fornecer maiores detalhes sobre a identificação do indivíduo que teria trocado um game com tantas peças de informática.

Assim agindo, PAULO SERGIO BOSSO incorreu no art. 180, § 1º, do Código Penal, motivo pelo qual, esta Promotoria de Justiça oferece a presente denúncia, que espera seja recebida e autuada, instaurando-se o competente processo criminal, citando-se o denunciado para responder à acusação, após o que deverá ser designada audiência na qual deverão ser ouvidas as testemunhas a seguir arroladas, realizando-se o interrogatório do denunciado ao final, nos termos dos arts. 394 e seguintes do Código de Processo Penal, até final condenação.

Extraí-se da denúncia que o paciente, após adquirir, recebeu, adquiriu e expôs à venda, no exercício da atividade comercial ou industrial, em proveito próprio, 69 (sessenta e nove) HDs, consoante laudo de exibição e apreensão de fls. 12, coisas que sabia ser produto de crime.

O *Parquet* detalha, ainda, que, com o denunciado, foram apreendidos os equipamentos extraviados, que foram anunciados em um *site* de trocas virtuais e, por meio do endereço fornecido no anúncio, foi possível a diligência policial que resultou na apreensão dos equipamentos. Interpelado a respeito da origem dos produtos, o paciente, além de não fornecer nota fiscal comprovando a regular aquisição dos bens, limitou-se a dizer que foram produto de troca, concluindo a inicial acusatória que *o acusado sabia da origem ilícita dos bens, haja vista que por ser comerciante na área, sabia da necessidade de nota fiscal da aquisição dos produtos receptados.*

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, mostra-se inviável o acolhimento da tese defensiva de ausência de justa causa para o prosseguimento da ação penal, uma vez que constam dos autos informações suficientes a indicar indícios mínimos de autoria e materialidade delitiva.

Por se tratar de medida excepcional, somente se admite o trancamento prematuro de persecução penal na hipótese de absoluta ausência de justa causa, atipicidade da conduta, extinção da punibilidade ou, ainda, inépcia formal da denúncia, o que não se verifica no caso dos autos.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator